

♥1. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO  
(DEPEN MG)/2014/"CFTP 2º GRUPAMENTO"

São elementos originários e indissociáveis constitutivos do Estado:

- (A) Povo, Território e Governo soberano.
- (B) Governo, nação e união.
- (C) Nação, continente, federação.
- (D) Território, federação, república.

♥2. (IBFC - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP BA)/2014

A Constituição Federal regula a forma e o sistema de governo no Estado brasileiro. Sobre a disciplina constitucional desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O Brasil adota a República como sistema de governo e o Presidencialismo como forma de governo.
- (B) O Brasil adota a República como forma de governo e o Presidencialismo como sistema de governo.
- (C) O Brasil adota a República como sistema de governo e a Federação como forma de governo.
- (D) O Brasil adota a Federação como sistema de governo e o Presidencialismo como forma de governo.
- (E) O Brasil adota a República como forma de governo e a Federação como sistema de governo.

♥3. (IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL  
(SESP MG)/QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO SUPERIOR/2014

O Estado, uma vez constituído, realiza os seus fins através de três funções: legislação, administração e jurisdição. Dando sequência ao tema, leia as sentenças abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A função legislativa trata da elaboração da lei, é a função normativa. A função executiva cuida de fazer cumprir a lei, através da conversão da lei em ato individual/coletivo e concreto, é a função administrativa. A função judiciária prende-se à resolução de conflitos, aplicando o direito (lei) diante dos casos concretos.

II. Legislar, administrar e julgar são três fases da atividade estatal. O exercício dessas funções é distribuído pelos órgãos denominados Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas a afirmativa II está correta.
- (C) As afirmativas I e II estão corretas.
- (D) Nenhuma afirmativa está correta.

♥4. (IBFC - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP BA)/2014

Assinale a alternativa correta quanto à noção de Constituição Federal e o papel dessa espécie normativa na limitação dos poderes do Estado.

- (A) A Constituição Federal é um instrumento de regulação exclusivamente voltado aos brasileiros natos e naturalizados.
- (B) A Constituição Federal prevê expressamente todos os instrumentos de aplicação do Direito Positivo, sendo irregular qualquer outra previsão em lei federal.
- (C) A Constituição Federal não deve levar em consideração quaisquer desigualdades sociais.
- (D) A Constituição Federal prevê um conjunto de normas que estruturam o Estado e limitam o poder deste na interferência sobre a vida dos cidadãos.
- (E) O Estado brasileiro é livre para promover quaisquer políticas públicas, ainda que isso contrarie o texto da Constituição Federal.

♥5. (IBFC - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP BA)/2014

Assinale a alternativa correta quanto à classificação da Constituição Federal, sob os aspectos da origem, forma e mutabilidade.

- (A) A Constituição Federal é outorgada, costumeira e semirrígida e, quanto à mutabilidade, é correto dizer ainda que contém garantias irredutíveis chamadas de cláusulas pétreas.
- (B) A Constituição Federal brasileira é promulgada, escrita e rígida e, quanto à mutabilidade, é correto dizer ainda que contém garantias alteráveis apenas por lei federal chamadas de cláusulas pétreas.
- (C) A Constituição Federal brasileira é promulgada, escrita e rígida e, quanto à mutabilidade, é correto dizer ainda que contém garantias irredutíveis, chamadas de cláusulas pétreas.
- (D) A Constituição Federal é outorgada, escrita e semirrígida e, quanto à mutabilidade, é correto dizer ainda que contém garantias redutíveis chamadas de cláusulas pétreas.
- (E) A Constituição Federal é promulgada, escrita e semirrígida e, quanto à mutabilidade, é correto dizer ainda que contém garantias redutíveis chamadas de cláusulas pétreas.

♥6. (IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL  
(SESP MG)/DIREITO/2014

Nas palavras de Luiz Alberto David Araújo, A Constituição Federal é a organização sistemática dos elementos constitutivos do Estado. Segundo o mesmo autor, a tarefa de classificar as Constituições pode levar a diferentes caminhos, dependendo do corte escolhido para a separação dos conceitos. Mesmo assim, existem certos critérios especialmente úteis ao estudo das Constituições. Diante disso, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição se apresenta como rígida ou flexível porquanto, no primeiro caso, contenha um núcleo imutável, constituído pelas chamadas cláusulas pétreas e, no último, por normas que sejam passíveis de alterações por um processo legislativo mais complexo e solene que o reservado à lei infraconstitucional ordinária.
- (B) Considera-se uma Constituição Costumeira aquela formada, exclusivamente, por costumes e outras normas não escritas.
- (C) Uma Constituição semi-rígida é aquela que permite a alteração de parte do seu texto por processo legislativo ordinário, reservando ao restante de suas disposições, uma proteção de imutabilidade.
- (D) A Constituição será promulgada se resultar de um processo político democrático, através do qual, o Poder Constituinte é exercido por uma Assembleia formada pelo voto popular com o conhecimento prévio dessa incumbência.

♥7. (IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL  
(SESP MG)/DIREITO/2014

Considerando a relação da Constituição Federal com as demais normas, estas últimas, necessariamente, de natureza diversa, analise as afirmações abaixo e responda em seguida.

- I. A supremacia da Constituição Federal é consequência de uma característica presente em diplomas como o brasileiro e que a doutrina caracteriza como rigidez constitucional.
  - II. Considera-se a ordem jurídica, sob o aspecto da supremacia constitucional, a partir da existência de mecanismos aferidores da validade de normas resultantes do exercício corriqueiro do poder de legislar através de leis ordinárias, condicionando a eficácia dessas normas à inexistência de conflito com o texto da Constituição.
  - III. Uma lei ordinária conserva sua validade diante de uma nova Constituição, desde que esta tenha sido garantida pelo texto constitucional anterior. Nesse sentido, cabe ao legislador ordinário tratar por lei da mesma espécie a disposição que passe a conflitar como a nova ordem.
- Estão corretas as afirmativas:
- (A) Todas estão corretas.
  - (B) Apenas I e II estão corretas.
  - (C) Apenas I está correta.
  - (D) Apenas II está correta.

♥8. (IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL  
(SESP MG)/DIREITO/2014

O exercício do Poder Constituinte cria e reforma a Constituição Federal. Tais tarefas, contudo, não são exercidas pelos mesmos órgãos e assim, é recomendável uma delimitação das características de cada uma delas. A esse respeito assinale a alternativa correta.

- (A) A existência de limitações ao Poder reformador da Constituição não é característica do ordenamento jurídico brasileiro, visto ser de absoluta liberdade a aptidão do Congresso Nacional para editar Emendas Constitucionais.
- (B) Os limites objetivos impostos ao Poder Constituinte Derivado se resumem às determinações de momentos em que a reforma do texto constitucional se torna impossível.
- (C) O Poder Constituinte Originário é autônomo, ilimitado, incondicionado, exceto por suas próprias disposições.
- (D) A existência das chamadas cláusulas pétreas impõem limites de ordem circunstancial ao Poder Constituinte Derivado à medida que suas previsões podem ser ampliadas por Emendas.

♥9. (IBFC - Oficial de Cartório (PC RJ)/2013

Segundo classificação doutrinária, o poder que permite que um Estado-Membro estruture a sua própria Constituição é denominado:

- (A) Poder Constituinte originário estadual.
- (B) Poder Constituinte derivado decorrente.
- (C) Poder Constituinte derivado reformador.
- (D) Poder Constituinte derivado revisor.
- (E) Poder Constituinte difuso.

♥10. (IBFC - GUARDA CIVIL MUNICIPAL (PREF CONDE

- PB)/3ª CLASSE/2019

A Constituição Federal de 1988 elenca os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que apresenta um desses objetivos fundamentais.

- (A) Conceder asilo político
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional
- (C) Assegurar a defesa da paz
- (D) Estabelecer cooperação entre os povos para o progresso da humanidade

♥11. (IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014

Todos os enunciados abaixo correspondem a fundamentos da República Federativa do Brasil, previstos no artigo 1º da Constituição Federal, exceto:

- (A) A Soberania.
- (B) A Cidadania.
- (C) A Dignidade da pessoa humana.
- (D) A Prevalência dos direitos humanos.
- (E) O Pluralismo político.

♥12. (IBFC - ESCRIVÃO (PC SE)/2014

Todos os enunciados abaixo correspondem a objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos no artigo 3º

da Carta Política, exceto:

- (A) Promover a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (B) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (C) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (D) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação

♥13. (IBFC - AUXILIAR DE PERÍCIA OFICIAL (PCIE PR)/AUXILIAR DE PERÍCIA/2017 (E MAIS 1 CONCURSO)

Considerando as normas da Constituição Federal sobre as garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais têm aplicação imediata
- (B) As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais têm aplicação limitada
- (C) As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais não têm aplicação até a publicação de decretos federais
- (D) As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais têm aplicação diferida até a aprovação de leis complementares
- (E) As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais têm aplicação diferida até a aprovação de leis ordinárias

♥14. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2018

Os direitos fundamentais e sua evolução ao longo da história podem ser divididos em gerações ou dimensões.

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) Primeira geração ou dimensão esta ligada às liberdades negativas clássicas, que enfatizam o princípio da liberdade, configurando os direitos civis e políticos. Surgiram nos finais do século XI e representavam uma resposta do Estado liberal ao Absolutista
- (B) A Revolução Industrial foi o grande marco dos direitos de segunda geração, que se relacionam com as liberdades positivas, reais ou concretas, assegurando o princípio da igualdade material entre o ser humano
- (C) Os princípios da solidariedade ou fraternidade, são características dos direitos de terceira geração ou dimensão sendo atribuídos as formações sociais, que protegem os interesses de titularidade coletiva ou difusa, não se destinando especificamente à proteção dos interesses individuais, de um grupo ou de um determinado Estado, mostrando uma grande preocupação com as gerações humanas, presentes e futuras
- (D) Os direitos fundamentais de quarta geração ou dimensão são decorrentes da evolução da engenharia genética, relacionados à manipulação do patrimônio genético, processo que pode colocar em risco a existência humana
- (E) Alguns doutrinadores consideram a evolução da cibernética e de tecnologias tais como, realidade virtual e a internet, direitos de quinta geração ou dimensão

♥15. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO  
(DEPEN MG)/2018

A Constituição Federal do Brasil estabelece no Art.5º -

Dos Direitos Fundamentais que:

I. É assegurado aos presos o \_\_\_\_\_ à integridade física e moral.

II. Às presidiárias serão asseguradas condições para  
que possam permanecer com seus filhos durante o período de \_\_\_\_\_.

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

(A) direito, alimentação

(B) respeito, amamentação

(C) direito, amamentação

(D) preço, alimentação

(E) respeito, alimentação

♥16. (IBFC - PERITO OFICIAL (PCIE PR)/MÉDICO LEGISTA/ÁREA A/2017 (E MAIS 12 CONCURSOS)

Considere as normas da Constituição Federal sobre o

rol expresso de penas vedadas no ordenamento constitucional brasileiro para assinalar a alternativa correta.

(A) Não haverá penas, salvo em caso de guerra declarada, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou  
cruéis

(B) Não haverá penas, salvo em caso de guerra declarada, de caráter perpétuo, de morte, de trabalhos forçados, de  
banimento ou cruéis

(C) Não haverá penas de trabalhos forçados, salvo em  
caso de guerra declarada, nem de caráter perpétuo,  
morte ou de banimento

(D) Não haverá penas de morte, salvo em caso de  
guerra declarada, nem de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento ou cruéis

(E) Não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, de banimento ou cruéis

♥17. (IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014

O Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante nº 25, reconhecendo como ilícita a prisão do depositário  
infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito. No  
julgamento, o STF considerou que o artigo 5º, inciso XLVII, da Constituição Federal perdeu aplicação prática, uma  
vez que a prisão nesse caso não decorre do texto constitucional, mas de norma infraconstitucional, que lhe dava  
aplicação prática. Considerando que esta norma contraria  
tratado internacional de direitos humanos, de natureza  
supralegal, não há como persistir com a referida modalidade de prisão civil no ordenamento jurídico. Desta forma,  
pode-se dizer que o STF entendeu que o artigo 5º, inciso  
XLVII, da Constituição Federal é uma norma de:

(A) Eficácia plena.

(B) Eficácia contida.

(C) Eficácia limitada de princípio programático.

(D) Eficácia limitada de princípio institutivo.

(E) Eficácia exaurida.

♥18. (IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014

Sobre o uso de algemas, assinale a alternativa que corresponde aos exatos termos da Súmula Vinculante editada  
pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema:

(A) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência, de desobediência e de fundado receio de fuga ou  
de perigo à integridade física própria ou alheia, por  
parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade  
disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade,  
sendo conservada a prisão ou o ato processual a que  
se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

(B) Só é lícito o uso de algemas em casos de desobediência e de fundado receio de fuga ou de perigo à  
integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por  
escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil  
e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da  
prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

(C) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência  
e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade  
física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob  
pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do  
agente responsabilidade civil do Estado.

(D) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência, de desobediência e de fundado receio de fuga ou  
de perigo à integridade física própria ou alheia, por  
parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade  
disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e  
de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

(E) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência  
e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade

física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, sendo conservada a prisão ou o ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

♥19. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2014

Segundo a disciplina dos direitos individuais da Constituição Federal, a lei:

- (A) Regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a prestação social alternativa.
- (B) Regulamentará as hipóteses nas quais o Poder Judiciário poderá deixar de apreciar lesão ou ameaça a direito.
- (C) Penal não admitirá nenhuma hipótese de retroatividade.
- (D) Estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade social, mediante adequada e prévia indenização, que se dará através de precatório.

♥20. (IBFC - AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA (PC SE)/2014

Suponha que determinada mulher acaba de tomar ciência de que o seu marido a está traindo. Impelida por uma forte emoção, a esposa resolve atentar contra a vida do marido. Para tanto, desfere um tiro contra ele enquanto este dormia e foge do local. Nesse momento, um vizinho, que acabara de escutar o disparo, chama a polícia e a autoridade policial imediatamente se dirige até o local do fato. No local do homicídio, o delegado de polícia colhe algumas informações preliminares e se dirige até onde supostamente a autora se encontraria. Ao chegar no destino indicado encontra a autora chorando e desolada, não oferecendo resistência à prisão. Imediatamente, a imprensa se dirige ao local e passa a acompanhar o desfecho da ocorrência. A respeito do caso hipotético, assinale a alternativa correta:

- (A) O delegado de polícia deve imediatamente se dirigir ao juiz de plantão, pois somente este pode autorizar a prisão em flagrante da autora mediante ordem escrita e fundamentada.
- (B) Caso o delegado de polícia faça uso de algemas sem que a autora ofereça resistência, a prisão em flagrante poderá ser anulada, sem prejuízo da responsabilidade da autoridade policial.
- (C) O delegado de polícia está autorizado a fazer uso de algemas, pois a brutalidade do crime, por si só, justificaria a medida.
- (D) O delegado de polícia deve preferencialmente fazer uso de algemas nesse caso, pois a imprensa noticiará a imagem da prisão da autora e passará uma mensagem positiva à população de que o crime não compensa.

♥21. (IBFC - AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA (PC SE)/2014

A Constituição Federal, no capítulo “Dos Direitos e das garantias individuais”, reconhece a casa como asilo inviolável do indivíduo. A respeito do tema, assinale a alternativa que corresponde aos exatos termos do texto constitucional:

- (A) Ninguém pode penetrar na casa sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- (B) Ninguém pode penetrar na casa sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação da autoridade policial.
- (C) Ninguém pode penetrar na casa sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, ou, durante o dia, por determinação judicial, admitido, excepcionalmente, o ingresso à noite por determinação judicial em casos de relevante interesse público.
- (D) Ninguém pode penetrar na casa sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro mediante determinação judicial.

♥22. (IBFC - ESCRIVÃO (PC SE)/2014

A Constituição Federal, no capítulo “Dos Direitos e das garantias individuais”, veda alguns tipos de pena. Assinale a alternativa em que a pena descrita NÃO é vedada pelo texto constitucional:

- (A) Pena de banimento
- (B) Pena de trabalhos forçados.
- (C) Pena de caráter perpétuo
- (D) Pena de perda de bens.

♥23. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO (SESP MG)/2014

Assinale a alternativa que NÃO está de acordo com os

direitos individuais previstos na Constituição Federal:

(A) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

(B) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.

(C) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

(D) O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

♥24. (IBFC - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP BA)/2014

O artigo 5º da Constituição Federal faz parte do conjunto que prevê que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Com base no citado dispositivo e considerando o tema de IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO, assinale a alternativa correta.

(A) Homens e mulheres são iguais perante a lei sendo permitidos tratamentos desiguais sob a justificativa de promover a isonomia.

(B) É vedada qualquer vantagem nos atos da vida civil com base nas características de gênero.

(C) A função do Estado é garantir que homens e mulheres sejam tratados da mesma forma, em quaisquer circunstâncias, em todos os níveis da administração pública e privada.

(D) O tema da participação política dos gêneros não permite qualquer tratamento diferenciado entre homens e mulheres.

(E) É proibida toda e qualquer forma de diferenciação baseada no gênero.

♥25. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2014/"CFTP 2º GRUPAMENTO"

No que tange aos Direitos Fundamentais assegurados

no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, avalie as afirmativas:

I - É livre a manifestação do pensamento sendo permitido o anonimato.

II - É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

III - Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

IV - A lei penal não retroagirá, salvo para condenar o réu.

Marque a alternativa CORRETA (A) (A) Todas as alternativas estão corretas.

(B) A alternativa I e IV estão incorretas.

(C) Somente a alternativa III está correta.

(D) As alternativas II e IV estão corretas.

♥26. (IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL

(SESP MG)/ARQUITETURA/2014 (E MAIS 16 CONCURSOS)

Nas palavras de Luiz Alberto David Araújo e Vidal Serrano Nunes Júnior, o princípio da legalidade encontra apoio constitucional no art. 5º, II, que prescreve que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei". Diante dessa premissa, assinale a alternativa correta sobre o princípio da legalidade.

(A) A função dos atos de Administração é a inovação legislativa com a finalidade de expandir os presságios genéricos e abstratos firmados pelo legislador.

(B) A Administração Pública deve atender à legalidade em sua atividade administrativa, uma vez que esta se desenvolve em nível imediatamente infralegal, devendo o administrador público se ocupar de expedir decretos e regulamentos para a fiel execução da lei.

(C) A Administração Pública deve se ocupar da ilação definitiva de inconstitucionalidade de uma lei que tenha sido criada sem que os mecanismos de controle preventivo de constitucionalidade tenham sido eficientes.

(D) O administrador público deve, por decorrência lógica do princípio da legalidade, implementar a aplicação de qualquer lei, ainda que se demonstre flagrante desrespeito à Constituição Federal.

♥27. (IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL

(SESP MG)/ARQUITETURA/2014 (E MAIS 16 CONCURSOS)

A Constituição Federal brasileira estabelece, entre outras garantias, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

A própria Constituição Federal, em seu artigo 5º, estabelece os termos dessas garantias. Com base nessa disciplina constitucional, assinale a alternativa correta.

(A) O princípio da isonomia, previsto na ordem constitucional, estabelece um objetivo a ser perseguido pelo Estado que, embora possa tratar os indivíduos de formas diferentes como estratégia de promoção da igualdade, não pode estabelecer correlação lógica entre o fator discriminatório e o tratamento jurídico atribuído em face da desigualdade.

(B) O direito à opinião não guarda relação com o direito de escusa de consciência, uma vez que este último vincula o Estado ao respeito de uma convicção pessoal, inclusive, no tocante à eximência de uma obrigação legal e o primeiro garante tão somente a liberdade de expressar discordância.

(C) A liberdade de crença religiosa, conforme prevista no rol dos direitos e garantias fundamentais, se resume, quanto à assistência religiosa, ao âmbito das entidades civis, não atingindo, portanto, as entidades militares de internação coletiva.

(D) A inabolibilidade das cláusulas pétreas não deve ser igualada à intocabilidade (intangibilidade). Ou seja, a inabolibilidade proíbe que se suprima o direito, ou seu conteúdo essencial, não veda que seu regime (condições de exercício, limites etc.) seja modificado (por Emenda Constitucional).

♥28. (IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/DIREITO/2014

No capítulo da Constituição Federal em que são previstos os direitos e deveres individuais e coletivos encontram-se certas disposições que identificam os chamados princípios constitucionais expressos.

Diante disso, assinale a alternativa que não corresponde a uma dessas previsões.

(A) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

(B) É garantido aos litigantes em processo judicial, o duplo grau de jurisdição.

(C) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

(D) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição.

♥29. (IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/DIREITO/2014

A Constituição Federal prevê um vasto rol de direitos

individuais e tais garantias constituem parte do chamado núcleo irreduzível da ordem constitucional brasileira.

Diante disso, assinale a alternativa correta.

(A) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

(B) A Constituição Federal garante o direito de resposta, proporcional ao agravo de ordem moral, material ou à imagem sem, contudo, mencionar sob a mesma garantia, qualquer direito à indenização.

(C) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, inclusive, impondo o dever de associação.

(D) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos comuns, inexistindo tal garantia frente às dívidas decorrentes de sua atividade produtiva.

♥30. (IBFC - ASSISTENTE EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SEJUSP MG)/QUALQUER NÍVEL MÉDIO/2014 (E MAIS 3 CONCURSOS)

A Constituição Federal brasileira estabelece, como direitos e deveres individuais e coletivos, uma série de garantias irreduzíveis e indispensáveis à promoção de seus objetivos.

Com base nessa disciplina constitucional, assinale a alternativa correta.

(A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

(B) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, inclusive, em todos os casos, por ordem judicial.

(C) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, extinguindo o direito a indenização ulterior.

(D) É livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.

♥31. (IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ))/2013

A Constituição Federal, no capítulo "Dos Direitos e das garantias individuais", confere especial tratamento à prisão. Todos os enunciados abaixo correspondem ao que dispõe o texto constitucional, com a exceção de:

(A) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

(B) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

(C) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

(D) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

(E) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

♥32. (IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ))/2013

Assinale a alternativa que, conforme disposto no capítulo "Dos Direitos e das garantias individuais", corresponde aos exatos termos do texto constitucional:

(A) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

(B) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a personalidade, a conduta social, a idade e o sexo do apenado.

(C) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e terrorismo, na forma da lei.

(D) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, sendo admitida, excepcionalmente, a prisão preventiva e a prisão temporária do réu, nos termos da lei.

(E) O civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei e mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.

♥33. (IBFC - GUARDA CIVIL MUNICIPAL (JOÃO PESSOA))/2012

Em tema de direitos e deveres individuais, é INCORRETO afirmar que:

(A) nenhuma pena passará da pessoa do condenado.

(B) a prática de racismo constitui crime afiançável e prescritível.

(C) não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

(D) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo, entre outras hipóteses, durante o dia, por determinação judicial.

♥34. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG))/2012

Considerando as disposições constitucionais acerca dos direitos e garantias fundamentais, considere as afirmações abaixo:

I. Homens e mulheres não são iguais em direitos, mas o são em obrigações.

II. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

III. Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.



(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III.

♥35. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO

(DEPEN MG)/2012

A Constituição da República Federativa do Brasil, no capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos, assegura:

I. Respeito à integridade física e moral dos presos.

II. Vedação das penas de caráter perpétuo e de trabalhos forçados.

III. Cumprimento da pena em estabelecimento distinto, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III.

♥36. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO

(DEPEN MG)/2012

Acerca das regras constitucionais sobre a prisão e dos direitos assegurados aos presos, é INCORRETO afirmar que:

(A) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

(B) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

(C) o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

(D) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados primeiramente ao delegado de polícia responsável para apuração do delito e em seguida ao promotor de justiça criminal atuante na comarca.

♥37. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO

(DEPEN MG)/2014/"CFTP 2º GRUPAMENTO"

Sobre direitos e garantias previstos na Constituição Federal de 1988 é CORRETO afirmar que:

(A) Deve ser concedido habeas data para proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública no exercício de atribuições do poder público.

(B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.

(C) Mandado de segurança é o instrumento hábil a assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

(D) Somente o Ministério Público é parte legítima para propor ação popular. São sempre gratuitos o registro civil de nascimento e a certidão de óbito, assim como o mandado de segurança.

♥38. (IBFC - AUXILIAR DE PERÍCIA OFICIAL (PCIE PR)/

AUXILIAR DE PERÍCIA/2017 (E MAIS 1 CONCURSO)

Considerando as normas da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre o prazo nela prevista para a licença gestante.

(A) 150 dias para todas as trabalhadoras

(B) 180 dias para todas as trabalhadoras

(C) 120 dias para todas as trabalhadoras

(D) 120 dias apenas para trabalhadoras do setor privado

(E) 180 dias apenas para trabalhadoras do setor público

♥39. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO

(DEPEN MG)/2014

NÃO é direito social expressamente previsto na Constituição Federal:

(A) Saúde.

(B) Previdência social.

(C) Moradia.

(D) Proteção à juventude.

♥40. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO

(DEPEN MG)/2012

Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, são direitos sociais expressamente assegurados:

(A) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e o pluralismo político.

(B) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social e a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

(C) a prevalência dos direitos humanos, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político.

(D) a função social da propriedade, a defesa do consumidor, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

♥41. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO

(DEPEN MG)/2012

A Constituição Federal de 1988 assegura aos trabalhadores urbanos e rurais o seguinte direito, dentre outros:

(A) repouso quinzenal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.

(B) aviso prévio proporcional ao salário, sendo no mínimo de quinze dias.

(C) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.

(D) assistência gratuita, em creches e pré-escolas, aos descendentes em linha reta até o terceiro grau desde o nascimento até seis anos de idade.

♥42. (IBFC - AUXILIAR DE PERÍCIA OFICIAL (PCIE PR)/AUXILIAR DE PERÍCIA/2017 (E MAIS 1 CONCURSO)

Considerando as normas da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre a liberdade de associação profissional ou sindical.

(A) É obrigatória a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um estado ou território

(B) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município

(C) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, exclusivamente em questões judiciais

(D) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses individuais da categoria, exclusivamente em questões administrativas

(E) Todo trabalhador será obrigado a filiar-se a sindicato

♥43. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO

(DEPEN MG)/2014

No que se refere aos direitos sociais, indique a alternativa CORRETA:

(A) Somente através de lei alguém poderá ser obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

(B) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

(C) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

(D) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir da posse no cargo de direção ou representação sindical e, ainda que suplente, até seis meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

♥44. (IBFC - AUXILIAR DE PERÍCIA OFICIAL (PCIE PR)/AUXILIAR DE PERÍCIA/2017 (E MAIS 1 CONCURSO)

Considerando as normas da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que eles não estejam a serviço de seu país.

(A) São brasileiros naturalizados

(B) São estrangeiros

(C) São estrangeiros naturalizados

(D) São estrangeiros natos

(E) São brasileiros natos

♥45. (IBFC - AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA (PC SE)/2014

Segundo a Constituição Federal, no capítulo “Da Nacionalidade”, são cargos privativos de brasileiro nato, exceto:

- (A) Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (B) Oficial das Forças Armadas.
- (C) Ministro de Estado da Justiça.
- (D) Vice-Presidente da República.

♥46. (IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ)/2013

Acerca do capítulo da Constituição Federal que trata

“Da Nacionalidade”, assinale a alternativa que corresponde exatamente ao texto constitucional:

- (A) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros a serviço de seu país.
- (B) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
- (C) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (D) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- (E) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos, sem envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e terrorismo, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

♥47. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2012

Assinale a alternativa correta:

- (A) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai e mãe brasileiros, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
- (B) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- (C) Portaria do Ministério das Relações Exteriores poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, a fim de dar cumprimento à lei que regula a situação jurídica do estrangeiro no Brasil.
- (D) Aos originários de países de língua portuguesa com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos na lei que regula a situação jurídica do estrangeiro no Brasil.

♥48. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO (SESP MG)/2014

NÃO é privativo de brasileiro nato, o cargo de:

- (A) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Carreira Diplomática.
- (C) Ministro de Estado da Defesa.
- (D) Oficial das Forças Armadas.

♥49. (IBFC - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP BA)/2014

A Constituição Federal regula a relação de nacionalidade das pessoas físicas com o Estado brasileiro. Sobre a disciplina constitucional desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) São brasileiros natos, entre outros, os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro e mãe brasileira, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
- (B) São brasileiros natos, entre outros, os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- (C) São brasileiros naturalizados, entre outros, os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de vinte anos ininterruptos e sem condenação penal, mesmo que não requeiram a nacionalidade brasileira.
- (D) São brasileiros naturalizados, entre outros, os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição

brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

(E) São brasileiros natos, os Portugueses por aplicação automática da lei federal, independentemente de reciprocidade aos nascidos no Brasil.

♥50. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG))/2012

Assinale a alternativa que, de acordo com a Constituição da República, é cargo privativo de brasileiro nato:

(A) Juiz Federal.

(B) Juiz de Direito.

(C) Delegado de Polícia.

(D) Oficial das Forças Armadas.

♥51. (IBFC - PERITO OFICIAL (PCIE PR)/MÉDICO LEGISTA/ÁREA A/2017 (E MAIS 12 CONCURSOS)

Considere as normas da Constituição Federal para assinalar a alternativa correta sobre elegibilidade.

(A) Para o cargo de Presidente da República, são condições de elegibilidade, entre outras, ter idade mínima de 35 anos e ter nacionalidade brasileira

(B) Para o cargo de Presidente da República, são condições de elegibilidade, entre outras, ter idade mínima de 35 anos e ser brasileiro nato

(C) Para o cargo de senador são condições de elegibilidade, entre outras, ter idade mínima de 21 anos e ser brasileiro nato

(D) Para o cargo de presidente da Câmara dos Deputados, são condições de elegibilidade, entre outras, ter idade mínima de 30 anos e ter nacionalidade brasileira

(E) Para o cargo de vereador, são condições de elegibilidade, entre outras, ter idade mínima de 21 anos e ser brasileiro nato

♥52. (IBFC - ESCRIVÃO (PC SE))/2014

Segundo a Constituição Federal, no capítulo “Dos Direitos Políticos”, são condições de elegibilidade, exceto:

(A) O domicílio eleitoral na circunscrição.

(B) A filiação a partido político com representação no Congresso Nacional

(C) A nacionalidade brasileira

(D) O pleno exercício dos direitos políticos.

♥53. (IBFC - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP BA))/2014

Nos termos da Constituição Federal que regula os direitos políticos no Brasil, assinale a alternativa correta.

(A) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de dezoito anos e obrigatórios para os analfabetos.

(B) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os analfabetos e os maiores de setenta anos.

(C) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos

(D) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos e para os analfabetos.

(E) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos e para os maiores de setenta anos.

♥54. (IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ))/2013

A Constituição Federal prevê em seu texto algumas condições de elegibilidade para que o cidadão possa concorrer a determinados mandatos eletivos. Assinale a alternativa que corresponde corretamente à idade mínima exigida para o respectivo cargo:

(A) Trinta anos para Senador.

(B) Vinte e um anos para Deputado Estadual.

(C) Trinta e cinco anos para Governador do Estado.

(D) dezoito anos para Prefeito.

(E) Vinte e cinco anos para Vice-Presidente da República.

♥55. (IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ))/2014

Suponha que, atendendo às reivindicações ocorridas nos protestos de junho de 2013, os parlamentares se reúnam e resolvam tornar mais hígido e probo o processo eleitoral para as eleições de 2016. Para tanto, eles apresentam um projeto que cria novas hipóteses de inelegibilidade, não abarcadas pela Lei da Ficha Limpa. Este projeto deverá ser apresentado nos moldes de:

(A) Emenda Constitucional.

(B) Lei Complementar.

(C) Lei ordinária.

(D) Medida provisória.

(E) Resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

♥56. (IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014

As assertivas abaixo descritas estão previstas na Constituição Federal como hipóteses de perda ou suspensão dos direitos políticos. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma dessas hipóteses constitucionalmente previstas:

- (A) Extradicação de brasileiro nato.
- (B) Incapacidade civil absoluta.
- (C) Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- (D) Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.
- (E) Improbidade administrativa.

♥57. (IBFC - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP BA)/2014

A Constituição Federal regula a suspensão e a perda dos direitos políticos. Nesse sentido, assinale a alternativa correta que contém apenas casos em que o texto constitucional autoriza, expressamente, tais efeitos.

- (A) Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos e incapacidade civil relativa ou absoluta.
- (B) Condenação criminal mesmo não transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos e incapacidade civil relativa ou absoluta.
- (C) Cancelamento da naturalização por sentença não transitada em julgado e incapacidade civil relativa.
- (D) Incapacidade civil relativa e resolução normativa do Congresso Nacional.
- (E) Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado e incapacidade civil absoluta.

♥58. (IBFC - GUARDA CIVIL MUNICIPAL (PREF CONDE - PB)/3ª CLASSE/2019

A organização político-administrativa é estabelecida pela Constituição Federal de 1988. Sobre esse assunto, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os Territórios Federais integram a União
- (B) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos
- (C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são entes federativos autônomos
- (D) Através de referendo, aprovado pela população diretamente interessada, os Estados poderão incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se

♥59. (IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014

Suponha que o Governo do Estado do Rio de Janeiro, visando fomentar o turismo, resolva criar um novo Município na Região dos Lagos por intermédio da fusão dos Municípios de Saquarema, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Armação dos Búzios. Além dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, a Constituição exige para criação desse novo Município:

- (A) Lei estadual, dentro do período determinado por Lei Ordinária Federal, bem como consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.
- (B) Lei municipal, dentro do período determinado por Lei Ordinária Federal, bem como consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.
- (C) Lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, bem como consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.
- (D) Lei municipal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, bem como consulta posterior, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos.
- (E) Lei estadual, dentro do período determinado por Lei Ordinária Federal, bem como consulta posterior, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos.

♥60. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2014

A incorporação entre Estados:

- (A) Não é permitida pela Constituição Federal.
- (B) Depende exclusivamente da aprovação dos Deputados Estaduais dos Estados diretamente interessados.
- (C) Depende da aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- (D) Depende da aprovação de todos os eleitores brasileiros, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

♥61. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO (SESP MG)/2014

Segundo a Constituição Federal, a transformação de Território em Estado será regulada:

- (A) Através de medida provisória.
- (B) Em lei complementar.
- (C) Em decreto legislativo.
- (D) Através de resolução do Congresso Nacional.

♥62. (IBFC - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP BA)/2014

Considerando a Constituição Federal quanto à organização político-administrativa no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a criação de Territórios Federais.
- (B) É vedada a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios.
- (C) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependem de lei federal e não de plebiscito.
- (D) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependem apenas de plebiscito ou ação civil pública
- (E) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

♥63. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2012

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- I. recusar fé pública aos documentos privados.
- II. criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- III. estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

♥64. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2012

Assinale a alternativa correta.

- (A) O Distrito Federal é a capital da República Federativa do Brasil.
- (B) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os territórios, todos soberanos, nos termos da Constituição.
- (C) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- (D) A criação; a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei municipal, obedecidos os requisitos previstos em lei estadual, e dependerão apenas de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

♥65. (IBFC - GUARDA CIVIL MUNICIPAL (PREF CONDE - PB)/3ª CLASSE/2019

Dentre as alternativas abaixo, assinale a que apresenta uma hipótese correta de competência legislativa privativa da União.

- (A) Trânsito e transporte
- (B) Orçamento
- (C) Produção e consumo
- (D) Procedimentos em matéria processual

♥66. (IBFC - AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA (PC SE)/2014

Segundo a Constituição Federal, no título "Da Organização do Estado", compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- (A) Previdência social.
- (B) Registros públicos.
- (C) Trânsito e transporte.
- (D) Desapropriação.

♥67. (IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/DIREITO/2014

De acordo com a Constituição Federal existem bens que integram o domínio dos entes estatais e que se submetem a um regime jurídico próprio. Diante disso, assinale a alternativa correta.

(A) São bens dos municípios aqueles tradicionalmente ocupados pelos índios.

(B) São dos Estados os potenciais de energia hidráulica, os recursos minerais, inclusive os do subsolo, as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos, competindo-lhes o domínio exclusivo desses bens.

(C) Os bens da União podem ser alienados de acordo com a conveniência da Administração Pública, independentemente, em qualquer hipótese, de processo licitatório.

(D) São bens da União o mar territorial, os terrenos de marinha e seus acrescidos.

♥68. (IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ)/2013

Assinale a alternativa em que todas as matérias legislativas elencadas são de competência privativa da União, conforme previsto no texto constitucional:

(A) Direito tributário, financeiro e orçamentário.

(B) Direito civil, comercial e econômico.

(C) Trânsito e transporte.

(D) Seguridade social, previdência social, proteção e defesa da saúde.

(E) Direito processual e procedimentos em matéria processual.

♥69. (IBFC - GUARDA CIVIL MUNICIPAL (PREF CONDE - PB)/3ª CLASSE/2019

Sobre os Estados Federados na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Os Estados organizam-se e regem-se por Lei Orgânica, observados os princípios da Constituição Federal.

II. Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.

III. Para a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, é necessário lei complementar estadual.

(A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas

(B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas

(C) As afirmativas I, II e III estão corretas

(D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas

♥70. (IBFC - ESCRIVÃO (PC SE)/2014

Segundo a Constituição Federal, no título "Da Organização do Estado", incluem-se entre os bens dos Estados Federados:

(A) As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União

(B) Os recursos minerais, inclusive os do subsolo

(C) Os terrenos de marinha e seus acrescidos.

(D) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

♥71. (IBFC - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP BA)/2014

Assinale a alternativa correta que menciona apenas bens incluídos entre os pertencentes aos Estados Federados nos termos expressos da Constituição Federal.

(A) As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósitos, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.

(B) As áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, incluídas aquelas sob o domínio da União, Municípios ou terceiros.

(C) As áreas, apenas nas ilhas costeiras, que estiverem no seu domínio, incluídas aquelas sob o domínio da União, Municípios ou terceiros.

(D) Todas as ilhas fluviais e lacustres.

(E) Todas as terras devolutas.

♥72. (IBFC - GUARDA CIVIL MUNICIPAL (PREF CONDE - PB)/3ª CLASSE/2019

Os Municípios são pessoas jurídicas de direito público interno. No que diz respeito a esse ente federativo e as disposições da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

(A) Os vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos em todo território nacional

(B) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município

(C) A Câmara Municipal não gastará mais de cinquenta

por cento de sua receita com folha de pagamento

(D) O Prefeito Municipal cometerá crime de responsabilidade se, até o quinto dia útil do mês, não efetuar os repasses de sua competência

♥73. (IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014

Suponha que um Vereador de um Município localizado na Região Serrana do Rio de Janeiro apresente um projeto de lei que cria a obrigatoriedade de os veículos ostentarem placas fluorescentes. Na justificativa, o vereador afirma que isso facilitaria a visibilidade nos momentos de neblina, tão comum naquela região. A respeito deste projeto, pode-se dizer que é:

(A) Inconstitucional, por vício de competência legislativa.

(B) Constitucional, eis que cabe ao Município legislar sobre assunto de interesse local.

(C) Inconstitucional, pois cabe ao Prefeito Municipal a iniciativa de tal projeto de lei.

(D) Constitucional, em obediência ao princípio da igualdade.

(E) Inconstitucional, por ofensa ao princípio da livre concorrência.

♥74. (IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014

Suponha que determinado Município, por intermédio de uma lei, divida o seu território em áreas comerciais, áreas residenciais e áreas mistas, compostas estas de comércio e residências. Em uma das áreas comerciais, passa a funcionar uma oficina mecânica, obtendo a respectiva licença municipal. Posteriormente, uma nova lei municipal transforma esta área comercial em mista e impede que sejam instaladas novas oficinas mecânicas, consignando em seu texto que não admite dois estabelecimentos daquele ramo na mesma área, em virtude da existência de residências nas proximidades. De acordo com o entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, pode-se dizer que essa nova lei municipal é:

(A) Constitucional, pois cabe ao Município legislar sobre assunto de interesse local.

(B) Inconstitucional, porque cria restrição ao direito de propriedade, que é absoluto.

(C) Constitucional, eis que cumpre a função social estabelecida na política urbana.

(D) Inconstitucional, por ofensa ao princípio da livre concorrência.

(E) Constitucional, em obediência ao princípio ambiental da precaução.

♥75. (IBFC - GUARDA CIVIL MUNICIPAL (PREF CONDE

- PB)/3ª CLASSE/2019

A Constituição Federal de 1988 traz diversas disposições sobre a Administração Pública. Acerca desse assunto, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro

(V) ou Falso (F).

( ) Os princípios da eficiência, moralidade, publicidade, impessoalidade e legalidade deverão ser obedecidos por toda a Administração Pública direta e indireta.

( ) Os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

( ) O direito à livre associação sindical é garantido ao servidor público civil.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) V, V, F

(B) F, V, F

(C) V, F, V

(D) F, F, V

♥76. (IBFC - GUARDA MUNICIPAL (PREF CAB STO

AGOSTINHO)/3ª CLASSE/2019

As normas constitucionais relativas à Administração Pública e ao Servidor Público apresentam que a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

(A) Durante o prazo que é prorrogável, o servidor aprovado em concurso público será convocado dentro dos limites estabelecidos em lei ordinária

(B) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável duas vezes, por períodos diferenciados ao ano vigente

(C) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical

(D) O direito de greve não pode ser exercido durante os três primeiros anos do servidor público em sua função

♥77. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO



(DEPEN MG)/2014

Considerando a disciplina constitucional, o prazo de validade do concurso público será:

- (A) De até um ano, prorrogável duas vezes, por igual período.
- (B) De até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (C) Aquele previsto no edital, limitado a três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (D) De até dois anos, sendo improrrogável.

♥78. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2014

Analisar as seguintes afirmações, relativas à disciplina constitucional sobre o servidor público que venha a desempenhar mandato eletivo:

- I. O servidor, investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- II. Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção.
- III. O servidor, investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

Está INCORRETO o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

♥79. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO (SESP MG)/2014

A Constituição Federal garante a precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei:

- (A) À administração penitenciária e seus servidores.
- (B) Aos servidores do Poder Judiciário.
- (C) Aos servidores da Polícia Federal.
- (D) À administração fazendária e seus servidores fiscais.

♥80. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2014/"CFTP 2º GRUPAMENTO"

De acordo com a Constituição Federal, são princípios a serem obedecidos pela Administração Pública:

- (A) Publicidade, finalidade, moralidade, legalidade e eficiência;
- (B) Publicidade, pessoalidade, moralidade, eficiência, oportunidade;
- (C) Publicidade, impessoalidade, moralidade, legalidade e eficiência;
- (D) Publicidade, legalidade, eficiência, finalidade e moralidade;

♥81. (IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/ARQUITETURA/2014 (E MAIS 16 CONCURSOS)

Assinale a alternativa correta sobre a aplicação dos princípios previstos na Constituição Federal na Administração Pública.

- (A) Pelo princípio da impessoalidade, a igualdade constitucional se desdobra no preceito de que critérios pessoais não podem ser tomados em conta para efeito de concessão de privilégios ou para discriminações.
- (B) A Constituição Federal estabelece o princípio da moralidade como vetor da Administração Pública sem, contudo, estabelecê-lo como condição de justificativa autônoma de invalidação de atos administrativos.
- (C) Pelo princípio da publicidade, o administrador público deve submeter seu planejamento a consulta popular, ficando assim, dispensado de permitir acesso posterior às informações sobre seus atos pelos administrados.
- (D) Pela supremacia do interesse público, o administrador é impedido de aplicar supostos princípios constitucionais implícitos, devendo limitar sua atividade aos preceitos expressamente previstos no texto constitucional.

♥82. (IBFC - ASSISTENTE EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SEJUSP MG)/QUALQUER NÍVEL MÉDIO/2014 (E MAIS 3 CONCURSOS)

De acordo com a Constituição Federal existem princípios que devem ser obedecidos pelo administrador público. Diante disso, analise as afirmativas e a seguir responda.

- I. Pelo princípio da legalidade, o administrador público

deve criar todas as condições para que as normas legais sejam postas em pleno vigor.

II. A Constituição Federal deve ser respeitada e preservada por todo administrador público que, portanto, pode deixar de aplicar imediatamente uma norma inconstitucional.

III. Não cabe ao administrador fazer qualquer consideração de constitucionalidade da norma, bastando aplicá-la de maneira automática e incondicional.

Diante das afirmativas, assinale a alternativa correta.

(A) Apenas a I está correta por constituir princípio absoluto que não aceita ressalvas.

(B) Apenas a III está incorreta sendo que a II constitui ressalva válida da I.

(C) Apenas a II está correta por refletir a totalidade da disciplina constitucional sobre o tema.

(D) Apenas a I está correta por refletir a totalidade da disciplina constitucional sobre o tema.

♥83. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2012

Considerando as disposições constitucionais acerca da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA

(A) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

(B) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

(C) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

(D) A lei reservará percentual de vinte por cento dos cargos e empregos públicos dos quadros permanentes de pessoal do Poder Executivo para as pessoas portadoras de deficiência, bem como para os afrodescendentes e os indígenas.

♥84. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2014

De acordo com a Constituição Federal, NÃO se aplicam aos servidores públicos:

(A) Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

(B) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

(C) Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

(D) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.

♥85. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO (SESP MG)/2014

Análise os seguintes itens, relativos à disciplina constitucional dos servidores públicos:

I. A Constituição veda qualquer hipótese de adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos.

II. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

III. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime próprio de previdência, instituído e organizado pelo respectivo ente federativo.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

♥86. (IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/DIREITO/2014

Assinale a alternativa correta diante da disciplina constitucional sobre a organização do Estado brasileiro.

(A) A Constituição Federal brasileira é marcada pelo equilíbrio federativo, tanto no plano normativo quanto no plano político que garante uma perfeita equiparação do peso dos Estados no contexto nacional.

(B) A União é pessoa jurídica de direito público com capacidade política para manifestação exclusiva em nome próprio.

(C) Os territórios constituem espécie federativa autônoma a exemplo dos municípios, podendo, em ambos os casos ser percebida a existência de estruturas próprias de caráter administrativo.

(D) Identificam-se como características principais de uma federação a união de certas entidades políticas autônomas (os Estados) para finalidades comuns e a provisão de cada centro com o completo aparelhamento de execução da lei, quer por parte do Executivo, quer do Judiciário.

♥87. (IBFC - GUARDA MUNICIPAL (PREF CAB STO AGOSTINHO)/3ª CLASSE/2019

Conforme a Constituinte de 1988, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e cada legislatura terá a duração de quatro anos. Analise as afirmativas abaixo que tratam sobre o Poder Legislativo Constitucional e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- ( ) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- ( ) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
- ( ) Cada Senador será eleito com um suplente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) F, V, F
- (B) F, V, V
- (C) V, F, V
- (D) V, V, F

♥88. (IBFC - PERITO OFICIAL (PCIE PR)/MÉDICO LEGISTA/ÁREA A/2017 (E MAIS 4 CONCURSOS)

Considere as regras básicas aplicáveis no Direito Administrativo para assinalar a alternativa INCORRETA sobre o Poder Legislativo.

- (A) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- (B) Cada Estado ou Distrito Federal elegerá três senadores, com mandato de oito anos.
- (C) A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços
- (D) Cada senador será eleito com um suplente
- (E) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal

♥89. (IBFC - GUARDA CIVIL MUNICIPAL (PREF CONDE - PB)/3ª CLASSE/2019

A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das competências privativas da Câmara dos Deputados.

- (A) Processar e julgar o Presidente e o Vice- Presidente da República nos crimes de responsabilidade
- (B) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa
- (C) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente
- (D) Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios

♥90. (IBFC - GUARDA CIVIL MUNICIPAL (PREF CONDE - PB)/3ª CLASSE/2019

Sobre a perda do mandato dos Deputados e Senadores, assinale a alternativa que apresenta uma hipótese em que não perderá o mandato.

- (A) Caso seja investido no cargo de Governador de Território
- (B) Caso perca ou tenha suspensos os direitos políticos
- (C) Caso deixe de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer
- (D) Caso o procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar

♥91. (IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ)/2013

Analisar as assertivas abaixo, que tratam de matéria relativa às imunidades parlamentares previstas na Constituição Federal:

- I. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Congresso Nacional.
- II. Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva

sobre a prisão.

III. Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político e pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

IV. Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Estão corretas apenas as assertivas:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

♥92. (IBFC - ESCRIVÃO (PC SE)/2014

Segundo a Constituição Federal, no capítulo “Do Poder Legislativo”, o processo legislativo NÃO compreende a elaboração de:

- (A) Medidas provisórias.
- (B) Leis delegadas
- (C) Emendas à Constituição
- (D) Decretos regulamentadores.

♥93. (IBFC - PERITO OFICIAL (PCIE PR)/MÉDICO LEGISTA/ÁREA A/2017 (E MAIS 12 CONCURSOS)

Considere as normas da Constituição Federal sobre tratados e convenções internacionais para assinalar a alternativa correta.

- (A) Os tratados e as convenções internacionais sobre quaisquer temas que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais
- (B) Os tratados e as convenções internacionais sobre direito empresarial que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por cinco oitavos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais
- (C) Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares
- (D) Os tratados e as convenções internacionais sobre quaisquer temas que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis ordinárias
- (E) Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais

♥94. (IBFC - AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA (PC SE)/2014

No que diz respeito às emendas à Constituição, existem algumas limitações materiais e circunstâncias em que o texto constitucional não poderá ser emendado. A respeito do tema, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- (B) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (C) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (D) É vedada a proposta de emenda tendente a abolir voto direto, secreto, obrigatório, universal e periódico.

♥95. (IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO SUPERIOR/2014

O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional. Sobre o tema, leia as sentenças e assinale a alternativa correta:

- I. O Congresso Nacional se compõe de duas casas legislativas: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.
- II. Os Deputados e Senadores são vulneráveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Mesmo após a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional poderão ser presos por quaisquer

crimes cometidos, como qualquer cidadão comum.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas a afirmativa II está correta.
- (C) As afirmativas I e II estão corretas.
- (D) Nenhuma afirmativa está correta.

♥96. (IBFC - GUARDA MUNICIPAL (PREF CAB STO AGOSTINHO)/3ª CLASSE/2019

O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelo Ministros de Estado. A eleição do Presidente importará a do Vice- Presidente com ele registrado, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Quanto aos que serão chamados, de forma sucessiva, para ocupar o cargo em caso de impedimento do Presidente e do Vice- Presidente de exercerem seus cargos, assinale a alternativa correta.

- (A) Ministro da Justiça, da Defesa e da Casa Civil
- (B) Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o do Poder Executivo e do Poder Legislativo
- (C) Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal
- (D) O Congresso Nacional, os Poderes da União e o Distrito Federal

♥97. (IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014

Segundo dispõe a Constituição Federal, ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será realizada:

- (A) Noventa dias depois da última vacância, pela Câmara dos Deputados, na forma da lei.
- (B) Noventa dias depois da última vacância, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
- (C) Sessenta dias depois da última vacância, pelo Senado Federal, na forma da lei.
- (D) Trinta dias depois da última vacância, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
- (E) Trinta dias depois da última vacância, pela Câmara dos Deputados, na forma da lei.

♥98. (IBFC - AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA (PC SE)/2014

Segundo a Constituição Federal, no capítulo “Do Poder Executivo”, o Presidente e o Vice-Presidente da República poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do país, sob pena de perda do cargo, por até:

- (A) 15 dias.
- (B) 30 dias.
- (C) 45 dias.
- (D) 60 dias.

♥99. (IBFC - ESCRIVÃO (PC SE)/2014

Segundo a Constituição Federal, no capítulo “Do Poder Executivo”, compete ao Presidente da República, exceto:

- (A) Manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.
- (B) Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei
- (C) Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal
- (D) Dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

♥100. (IBFC - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP BA)/2014

Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre o ato de conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

- (A) Compete privativamente ao Governador do Estado e ao Presidente da República no âmbito do Distrito Federal.
- (B) Compete exclusivamente ao Governador do Estado e ao Presidente da República no âmbito do Distrito Federal.
- (C) Compete de forma concorrente Presidente da República e ao Governador do Estado e exclusivamente ao Presidente da República no âmbito do Distrito Federal.
- (D) Compete privativamente ao Presidente da República.
- (E) Compete exclusivamente ao Governador do Estado e não cabe no âmbito do Distrito Federal.

♥101. (IBFC - GUARDA CIVIL MUNICIPAL (PREF CONDE - PB)/3ª CLASSE/2019

Sobre as disposições da Constituição Federal acerca do Poder Executivo, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O Presidente da República poderá ser preso preventivamente no caso de infração penal comum
- (B) O Presidente da República cometerá crime de responsabilidade se atuar de forma que atente contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra a lei orçamentária
- (C) Para se ausentar do país por período superior a quinze dias o Presidente da República precisará de licença do Congresso Nacional
- (D) A competência para conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, poderá ser delegada pelo Presidente da República aos Ministros de Estado

♥102. (IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ)/2013

Dentre as alternativas abaixo, que versam sobre o capítulo da Constituição Federal denominado “Da Responsabilidade do Presidente da República”, assinale afirmativa incorreta:

- (A) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por um terço da Câmara dos Deputados, para apurar fato determinado e por prazo certo, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- (B) O Presidente ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal, e nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- (C) Decorrido o prazo de cento e oitenta dias e não estando o julgamento concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
- (D) Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.
- (E) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

♥103. (IBFC - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP BA)/2014

A Constituição Federal, ao tratar do Poder Judiciário brasileiro, estabelece que uma parte dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composta de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes. A esse respeito, assinale a alternativa correta quanto à proporção prevista em tal dispositivo.

- (A) Um quinto.
- (B) Metade.
- (C) Um quinto nos Tribunais dos Estados e a metade nos demais.
- (D) Um décimo.
- (E) Um décimo nos Tribunais Regionais Federais e a metade nos demais.

♥104. (IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/DIREITO/2014

Assinale a alternativa correta sobre a organização dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo no tocante ao exercício de suas competências.

- (A) É da competência privativa do Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- (B) É da competência exclusiva da Presidência da República manter relações com Estados estrangeiros.
- (C) É da competência privativa do Poder Judiciário julgar os casos concretos para aplicar o ordenamento jurídico com força definitiva.
- (D) É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

♥105. (IBFC - AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA (PC SE)/2014

Segundo a Constituição Federal, no Estado de Defesa

poderão ser decretadas algumas medidas coercitivas por tempo determinado e em áreas específicas. São admitidas as seguintes medidas, exceto:

- (A) Restrição ao direito de reunião.
- (B) Incomunicabilidade do preso.
- (C) Restrição ao sigilo de correspondência.
- (D) Ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos na hipótese de calamidade pública.

♥106. (IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ)/2013

Analise as assertivas abaixo, que tratam das disposições constitucionais sobre a “Defesa do Estado e das Instituições Democráticas:

- I. As imunidades parlamentares subsistirão durante o estado de defesa e o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante voto de três quintos dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.
- II. O estado de sítio decretado em virtude de comoção grave de repercussão nacional ou ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa só poderá ser decretado no prazo máximo de trinta dias, podendo ser prorrogado por novos períodos sucessivos, mas nunca superiores a este.
- III. Em tese, qualquer garantia constitucional poderá ser suspensa durante o estado de sítio decretado em virtude de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, desde que indicada a sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficaram suspensas.

Estão corretas apenas as assertivas:

- (A) III.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

♥107. (IBFC - ESCRIVÃO (PC SE)/2014

A respeito do capítulo “Das Forças Armadas”, previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O militar, enquanto em serviço ativo, somente pode se filiar a partidos políticos após dez anos em atividade.
- (B) As polícias militares e corpos de bombeiros militares são forças auxiliares e reserva do Exército.
- (C) As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.
- (D) O oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

♥108. (IBFC - GUARDA CIVIL MUNICIPAL (PREF CONDE - PB)/3ª CLASSE/2019

No que se refere às disposições sobre segurança pública na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) São órgãos pertencentes à segurança pública às polícias civis, polícias militares, corpos de bombeiros militares e os agentes de saúde
- (B) A segurança pública é direito apenas daqueles que pagam os impostos e taxas em dia
- (C) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares
- (D) As polícias militares e corpos de bombeiros militares subordinam-se apenas aos Prefeitos dos Municípios

♥109. (IBFC - GUARDA MUNICIPAL (PREF CAB STO AGOSTINHO)/3ª CLASSE/2019

A CF/88 afirma que a segurança pública é dever do Estado e deve ser exercida para a preservação da ordem pública, evitando o risco das pessoas e do patrimônio, por meio da Polícia Federal, Civil, Rodoviária, Militar, entre outras. Nesse sentido, analise algumas funções dos órgãos e assinale a alternativa incorreta.

- (A) A Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União, destina-se, na forma

da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias, exercendo também as funções de polícia aeroportuária e de fronteiras

(B) Às Polícias Cíveis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares

(C) A Polícia Federal para prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência

(D) Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil

♥110. (IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ)/2013

Acerca do capítulo “Da Segurança Pública”, assinale a alternativa que está de acordo com o que dispõe o texto constitucional:

(A) A polícia federal se destina a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

(B) A polícia rodoviária federal e a polícia ferroviária federal se destinam, respectivamente, ao patrulhamento ostensivo de rodovias e ferrovias federais, e, na forma da lei, como força auxiliar à polícia federal no exercício de polícia judiciária.

(C) Incumbem às polícias cíveis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária, a apuração de infrações penais, exceto as militares, e a execução de atividades de defesa civil.

(D) Cabem às polícias militares a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, além de servirem como forças auxiliares e reserva do Exército.

(E) Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei, bem como a função de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

♥111. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO (SESP MG)/2014

São objetivos da ordem social, previstos no Texto Constitucional:

(A) O primado do trabalho e a liberdade de expressão.

(B) A igualdade entre os Estados e a solução pacífica dos conflitos.

(C) O bem-estar e a justiça sociais.

(D) A dignidade da pessoa humana e a liberdade de crença religiosa ou convicção filosófica ou política.

♥112. (IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014

Em dezembro de 2013, a imprensa esportiva esteve dividida em relação a uma decisão do Superior Tribunal de Justiça Desportiva. Na ocasião, a Portuguesa de Desportos perdeu pontos no Campeonato Brasileiro de Futebol, em razão da escalação irregular de um jogador, o que resultou no seu rebaixamento à Série B do referido campeonato. Inconformada com tal decisão, a Portuguesa de Desportos adotou algumas medidas visando a permanecer na Série A do Campeonato Brasileiro. Sobre o assunto, analise as assertivas abaixo:

I. A Justiça Desportiva, assim como a Justiça do Trabalho, a Justiça Eleitoral e a Justiça Militar, constitui espécie de justiça especializada e integrante do Poder Judiciário, razão pela qual a Portuguesa de Desportos não poderia ingressar com ação na Justiça Comum, pois, nesse caso, a competência é apurada de acordo com a matéria.

II. A Portuguesa de Desportos poderia, desde logo, ter proposto ação na Justiça Comum, uma vez que não se pode excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de lesão a direito.

III. O Poder Judiciário só admite ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as



instâncias da Justiça Desportiva. Portanto, somente após a resposta negativa da Justiça Desportiva poderia a Portuguesa de Desportos ingressar na Justiça Comum. Está(ão) correto(s) o(s) enunciado(s):

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) Apenas I.
- (D) Apenas II.
- (E) Apenas III.

♥113. (IBFC - PERITO OFICIAL (PCIE PR)/PERITO CRIMINAL/ÁREA 6/2017

Assinale a alternativa INCORRETA, considerando as disposições da Constituição Federal sobre o meio ambiente.

- (A) Incumbe ao Poder Público preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas
- (B) Incumbe ao Poder Público preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e à manipulação de material genético
- (C) Incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de decreto, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção
- (D) Incumbe ao Poder Público exigir, na forma da Lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade
- (E) Incumbe ao Poder Público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente

♥114. (IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014

Assinale a alternativa em que ambos os ecossistemas descritos são considerados patrimônio nacional pelo texto da Constituição Federal:

- (A) A Mata Atlântica e a Chapada da Diamantina.
- (B) O Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.
- (C) A Serra do Mar e as Cataratas do Iguaçu.
- (D) Os Pampas Gaúchos e o Cerrado.
- (E) A Floresta Amazônica brasileira e a Serra da Canastra.

♥115. (IBFC - PERITO CRIMINAL (PC RJ)/BIOLOGIA/2013

De acordo com Artigo 225 da Constituição Brasileira (1988), todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Desta forma, referente às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, assinale a alternativa correta:

- (A) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, à sanções administrativas, obrigando a reparação de danos causados.
- (B) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, à sanções administrativas, independente da obrigação de reparar os danos causados.
- (C) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, à sanções penais, obrigando a reparação de danos causados.
- (D) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, à sanções penais e administrativas, independente da obrigação de reparar os danos causados.
- (E) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, à sanções penais e administrativas ou a reparação de danos causados.

♥116. (IBFC - PERITO CRIMINAL (PC RJ)/ENGENHARIA ELÉTRICA E ELETRÔNICA/2013

De acordo com a Constituição da República Federativa

do Brasil de 1988, Capítulo VI - Do meio Ambiente, Art.

225. "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Entre as alternativas a seguir, com base na constituição brasileira, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

(B) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

(C) São disponíveis as terras devolutas ou arrecadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

(D) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

(E) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

♥117. (IBFC - PERITO CRIMINAL (PC RJ)/MEDICINA VETERINÁRIA/2013

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Capítulo VI - Do meio ambiente, artigo 225 lê-se:

"Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

Após esse artigo, no parágrafo 1 e seus incisos, estão descritas ações para assegurar a efetividade desse direito, incumbidas ao poder público. Leia com atenção as seguintes afirmações extraídas e eventualmente alteradas desse parágrafo e assinale a alternativa correta:

I. preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II. preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e delegar à entidade dedicada à pesquisa e manipulação de material genético licença específica.

III. definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

IV. exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, feito por autoridade competente e mantido em sigilo.

V. controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

VI. promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII. proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

(A) Apenas I e II estão corretas.

(B) I, IV, VII estão incorretas.

(C) I, III, V, VI e VII estão corretas.

(D) Apenas I, II, V e VI estão corretas.

(E) Apenas II, VI e VII estão corretas.

♥118. (IBFC - PERITO CRIMINAL (PC RJ)/MEDICINA VETERINÁRIA/2013

Os seguintes parágrafos foram extraídos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Capítulo VI - Do meio ambiente) e eventualmente modificados de sua redação original. Leia-os com atenção e assinale a alternativa correta que corresponde à redação original:

I. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

II. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou

jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

III. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

IV. São arrendadas as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

V. As usinas que operem com reator nuclear deverão estar isoladas.

(A) Apenas I e V estão corretas.

(B) Apenas III está correta.

(C) Apenas II, IV e VI estão corretas.

(D) IV e V estão incorretas.

(E) I e V estão incorretas.

♥119. (IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014

A Constituição Federal, no capítulo “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”, assegura a gratuidade dos transportes coletivos urbanos para os:

(A) Maiores de sessenta e cinco anos, independentemente do sexo.

(B) Maiores de sessenta anos, independentemente do sexo.

(C) Homens maiores de sessenta e cinco anos e as mulheres maiores de sessenta anos.

(D) Homens maiores de sessenta anos e as mulheres maiores de cinquenta e cinco anos.

(E) Maiores de cinquenta e cinco anos, independentemente do sexo.

♥120. (IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ)/2013

Suponha que, no âmbito de determinado Estado-Membro, um dos legitimados, inconformado com a edição de determinada espécie normativa que afronta a Constituição estadual, queira ingressar com uma representação de inconstitucionalidade em sede de controle abstrato. Para que essa ação seja analisada pelo Tribunal de Justiça do Estado, deverá ter por objeto a inconstitucionalidade de:

(A) Lei estadual ou ato normativo federal.

(B) Lei federal ou ato normativo municipal.

(C) Lei estadual ou lei federal.

(D) Ato normativo federal ou ato normativo municipal.

(E) Lei estadual, lei municipal, ato normativo estadual ou ato normativo municipal.